



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

JONIELSON MARTINS DE LIMA

**A AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA GESTÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPÁ**

MACAPÁ-AP
2024

JONIELSON MARTINS DE LIMA

**A AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA GESTÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Amapá, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Ambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala.

MACAPÁ-AP
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

L732a Lima, Jonielson Martins de.

A agenda ambiental na administração pública e a responsabilidade socioambiental na gestão da Universidade Federal do Amapá / Jonielson Martins de Lima. - Macapá, 2024.
1 recurso eletrônico. 54 folhas.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Amapá,
Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Ambientais. Macapá, 2024.
Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala.
Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Gestão Ambiental. 2. A3P. 3. Instituições de Ensino Superior (IES). I. Chelala, Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 333.715

LIMA, Jonielson Martins de. **A Agenda Ambiental na Administração Pública e a Responsabilidade Socioambiental na Gestão da Universidade Federal do Amapá.** Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala. 2024. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Ciências Ambientais. Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2024.

JONIELSON MARTINS DE LIMA

**A AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA GESTÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Ambientais.

Aprovado em: 16 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala
Orientadora – DMAD/UNIFAP

Prof. Mestre. Charles Achcar Chelala
Avaliador – DMAD/UNIFAP

Prof. Dra. Julieta Bramorski
Avaliadora – DMAD/UNIFAP

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, pelo apoio incondicional e incentivo constante ao longo desta jornada. Aos meus colegas de curso, que compartilharam comigo tanto os momentos de alegria quanto os desafios. À minha orientadora, cuja paciência e atenção foram fundamentais, mesmo nos períodos mais atarefados. E a Deus, por me conceder forças e sabedoria nos momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e à minha família, especialmente à minha mãe, minha grande incentivadora e inspiração.

À minha orientadora, Dra. Cláudia Chelala, que me auxiliou e contribuiu diretamente para a conclusão desta etapa da minha vida.

Aos professores, que me ensinaram os valores da Gestão Ambiental.

Ao Curso de Ciências Ambientais e a todo o corpo docente e técnico.

Agradeço também àqueles que contribuíram para a pesquisa, como minha irmã Marcele Martins, e a todos os representantes da UNIFAP que participaram deste estudo.

Por fim, agradeço aos meus colegas e amigos do curso, Elian Baía, Luã Alef e Gabriel Costa, pelo laço de amizade construído durante o curso, que perdura além das fronteiras da sala de aula.

RESUMO

O presente trabalho aborda a temática da Gestão Pública Ambiental e tem como objetivo verificar se a Administração da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) em relação ao cumprimento dos princípios de Gestão Ambiental definidos na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que inclui a temática ambiental na gestão, com a finalidade de adoção e implantação de ações na área de responsabilidade socioambiental em suas atividades internas e externas. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa. Foram realizadas as pesquisas bibliográfica e documental com a aplicação de questionário e realização de entrevistas aos atores-chave da Universidade. Para alcançar o objetivo da pesquisa realizou-se a pesquisa descritiva por meio da análise de conteúdo. O estudo apresenta informações sobre o processo de gestão pública ambiental vigente na UNIFAP e buscou analisar se estava adequada ou não aos princípios e critérios da A3P. Os resultados obtidos revelam que a UNIFAP atende positivamente os critérios e diretrizes da A3P nos eixos temáticos I e II, com ações eficazes de manutenção, aquisição de equipamentos e investimentos em fontes sustentáveis. Além da implementação de práticas como doação e separação adequada dos resíduos gerados. No entanto, os pontos negativos identificados foram a não existência de controle do consumo de energia elétrica e água da IFES ou campanha educativa para conscientização para a economia de energia elétrica e água e a falta de mapeamento do consumo de água e energia nas edificações da UNIFAP, o que dificulta a implementação de ações específicas para redução efetiva do consumo de água em cada local.

Palavras-Chave: Gestão ambiental, A3P, Sustentabilidade, Instituições de Ensino Superior (IES).

ABSTRACT

The present work addresses the theme of Environmental Public Management and aims to verify whether the Administration of the Federal University of Amapá (UNIFAP) in relation to the compliance with the principles of Environmental Management defined in the Environmental Agenda in Public Administration (A3P), which includes the environmental theme in management, with the purpose of adopting and implementing actions in the area of socio-environmental responsibility in its internal and external activities. This is a case study, with a qualitative approach. Bibliographic and documentary research was carried out with the application of questionnaire and interviews with key actors of the University. To achieve the objective of the research, descriptive research was carried out through content analysis. The study presents information about the public environmental management process in force at UNIFAP and sought to analyze whether or not it was adequate to the principles and criteria of A3P. The results obtained reveal that UNIFAP positively meets the criteria and guidelines of the A3P in thematic axes I and II, with effective maintenance actions, acquisition of equipment and investments in sustainable sources. In addition to the implementation of practices such as donation and proper separation of the waste generated. However, the negative points identified were the lack of control of electricity and water consumption by IFES or an educational campaign to raise awareness about saving electricity and water and the lack of mapping of water and energy consumption in UNIFAP buildings, which makes it difficult to implement specific actions to effectively reduce water consumption in each location.

Keywords: A3P environmental management, Sustainability, IES Institutions of Higher Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução das adesões à A3P.....	20
Figura 2 – Organograma da UNIFAP.....	30
Figura 3 – Entrada do Campus Marco Zero do Equador da UNIFAP.....	32
Figura 4 – Vista Superior atual do Campus Marco Zero.....	32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativo e execução de despesas pagas.....	44
Quadro 2 - Dotação orçamentária e percentuais das despesas com energia e água.....	45
Quadro 3 - Checklist ao Eixo temático I - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.....	46
Quadro 4 - Checklist ao Eixo temático II - Gestão adequada dos resíduos gerados.....	48

LISTA DE SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
AER	Assessoria Especial da Reitoria
BIC	Biblioteca Central
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONSU	Conselho Universitário da UNIFAP
CPL	Comissão Permanente de Licitação
CPS	Contratações Públicas Sustentáveis
DACE	Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis
DEPLA	Departamento de Letras e Artes
DFCH	Departamento de Filosofia e Ciências Humanas
DGO	Departamento de Gestão Orçamentária
DMANUT	Divisão de Manutenção
HU	Hospital Universitário
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NEM	Núcleo Avançado de Ensino
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
PPA	Plano Plurianual
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PROEAC	Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
RSA	Responsabilidade Socioambiental
RU	Restaurante Universitário
SESU	Secretaria de Educação Superior
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA	14
2.1.1 Evolução histórica da Gestão Ambiental Pública.....	15
2.2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.....	17
2.3 BREVE HISTÓRICO DA A3P.....	17
2.4 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P).....	18
2.4.1 Objetivos da A3P	21
2.4.2 Eixos temáticos da A3P	21
2.4.3 Adesão e Implantação da A3P.....	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	29
3.2 MÉTODOS	33
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
4.1 PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	36
4.2 AÇÕES AOS EIXOS TEMÁTICOS DA A3P.....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE.....	54

1 INTRODUÇÃO

O livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson, divulgado em 1962, expondo os danos e perigosos causados pelo uso do inseticida DDT, causou grande repercussão na opinião pública (DIAS, 2017). Tornando-se o precursor dos debates aprofundados sobre a necessidade de preservar o meio ambiente e dos impactos ambientais no mundo.

Somente na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) divulgou em 1987, o relatório “Nosso Futuro Comum”, onde foi formalizado o conceito desenvolvimento sustentável e, estabeleceu os princípios a serem cumpridos como: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social (GONÇALVES, 2005).

As orientações do documento sobre ser necessário discutir as três vertentes, ambiental, social e econômico para que se consiga a sustentabilidade foi base para os debates na Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) que buscou conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação do meio ambiente elaborando assim os documentos como Declaração do Rio/92 e Agenda 21 (FEIL; STRASBURG; SCHREIBER 2016).

Martins, et al. (2015, p.98) relata que:

A Agenda 21 foi um dos principais documentos resultantes da Conferência, estabelecendo o compromisso de cada país signatário, através de comissões internas criadas especificamente para esse fim, a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual vários setores da sociedade, governos, universidades, empresas e organizações não governamentais (ONGs) podem cooperar na busca de soluções para os problemas socioambientais.

Fundamentado nas recomendações do Capítulo IV da Agenda 21, Princípio 08 da Declaração Rio/92 e na Declaração de Joanesburgo. Em 1999, foi elaborada a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que buscava a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições. Os objetivos da A3P são basicamente os princípios da responsabilidade socioambiental, que buscam reduzir os impactos socioambientais negativos da atividade pública. (BRASIL, 2009).

Chelala (2013) complementa que a A3P visa adotar práticas de sustentabilidade, sobre temas ambientais corriqueiros na administração pública, como racionalização de consumo de bens naturais, compras e licitações sustentáveis, coleta seletiva e outros, racionalizando os gastos pelas instituições.

Diante das orientações e abordagem mais ampla, a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente: Rio+20 buscou destacar o papel das instituições de ensino, onde se destacou a

participação de 300 Instituições de Ensino Superior (IES) que assinaram a “Iniciativa de Sustentabilidade na Educação Superior”. Segundo Viegas e Cabral (2014, p. 245):

“Trata-se de um documento elaborado a partir da convocação Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Universidade das Nações Unidas, o Pacto Global e o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEO), que assinala a adesão das Universidades à causa do desenvolvimento sustentável, através da inclusão do tema nos componentes curriculares universitários.”

Atualmente a transformação digital tem contribuído para sustentabilidade nas IES, destacasse a preocupação das Instituições com a gestão de seus recursos, assim estão surgindo abordagens de Campus Inteligentes que visam criar ambiente adequado para a comunidade universitária, com eficiência energética e hídrica, gestão de resíduos, mobilidade sustentável, controle de emissões, governança e economia de outros recursos físicos (TREVISAN; et al., 2024).

Trevisan, et al. (2024) conclui que a revolução tecnológica tem contribuído para questões ambientais e as Instituições de Ensino Superior (IES) tem o desafio de fornecer habilidades de sustentabilidade, com auxílio de tecnologia é uma oportunidade e desafio para instituição caso consiga a IES podem colaborar no enfrentamento dos desafios globais.

No contexto atual, onde todos devem colaborar para solucionar os problemas socioambientais. Brasil (2017) destaca que a adesão das Universidades Públicas às diretrizes da A3P transcende os aspectos econômicos e ambientais e gera reconhecimento de que sua gestão se preocupa com a formação dos alunos, da comunidade e do planeta.

A implantação da A3P por uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) promove melhorias em todas as atividades universitárias, promove a melhoria das atividades em todos os aspectos, cuidando das pessoas, bens, processos logísticos, edificações e comunidade universitária, reduz gastos e desperdícios desnecessários gerando ganho em economia e qualidade (BRASIL, 2017).

O estudo justifica-se com base no desenvolvimento sustentável, abordando o papel da administração pública na promoção da sustentabilidade social e ambiental, com o objetivo de modificar a concepção sobre questões relacionadas ao meio ambiente e à sociedade.

A partir deste contexto, escolheu-se estudar a A3P e a responsabilidade socioambiental na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), o estudo disponibiliza informações do processo de gestão vigente na IFES, se estar aderindo a uma gestão socioambiental e se atende aos objetivos e os princípios da A3P.

O estudo tem como objetivo verificar se a administração da UNIFAP atende ou não os princípios de gestão socioambiental definidos na A3P; identificar pontos positivos adotados

pela gestão que atendem os objetivos e critérios da A3P. Além de apontar os pontos negativos da gestão que não atendem os objetivos e critérios da A3P.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção contempla tópicos da pesquisa bibliográfica que embasará a realização da pesquisa. Inicialmente, aborda-se sobre a Gestão Ambiental Pública, seu conceito e evolução histórica, a segunda seção trata-se do conceito e fundamentação da Responsabilidade Socioambiental, e a terceira seção apresenta-se A3P, seu conceito, histórico, seus principais objetivos e eixos temáticos.

2.1 GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA

Conforme Quintas (2005, p. 19), “a chamada questão ambiental diz respeito aos diferentes modos pelos quais a sociedade, através dos tempos, se relaciona com o meio físico-natural.” O autor complementa que, o ser humano depende do meio ambiente para manter sua sobrevivência, ou seja, o ser humano é parte integrante da natureza e, ao longo dos anos, o processo de transformação do meio ambiente desencadeou modos de relacionamento da sociedade com o meio natural (humano-natureza).

A concepção de que a questão ambiental está relacionada ao homem-natureza não explica o processo de análise e não permite a compreensão dessa relação complexa. Faz-se necessário aceitar que a relação ocorre por meio dos processos que ocorrem na sociedade e que levam à construção do conhecimento, ou seja, o entendimento sobre a questão ambiental está interligado à cultura, está inserida na vida em sociedade. Afinal, são as ações dos indivíduos que geram problemas ambientais (QUINTAS, 2005).

Neste contexto, surgiu a necessidade de adotar a Gestão Ambiental Pública. No Brasil, a questão ambiental é estabelecida pela Constituição Federal de 1988, no Artigo 225, que trata da preocupação com a preservação ambiental:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Além de outras implicações nos artigos 5, 23, 24, 129, 170, 174, 186 e 220.

Floriano (2007) ressalta que a Gestão Ambiental Pública também é orientada pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei n.º 6.938/81, que objetiva a

preservação, melhoramento e recuperação do meio ambiente, mediante o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

O poder público é responsável por instituir padrões de qualidade ambiental, avaliar impactos ambientais, licenciar e revisar atividades poluidoras, regulamentar a ocupação do território e o uso de recursos naturais, criar e administrar as áreas protegidas, obrigar a recuperação do dano ambiental pelo agente causador, promove o monitoramento, a fiscalização, a pesquisa, a educação ambiental e outras ações necessárias ao cumprimento da sua função mediadora (DAMBRÓS; SENNA; ALVES, 2014).

A Gestão Ambiental Pública é definida como uma ação do poder público com base em uma política ambiental pública, que estabelece diretrizes e ferramentas de atuação com a finalidade de alcançar a melhoria do meio ambiente. E também atua positivamente na qualidade de vida e na sensibilização e conscientização da sociedade (HJORT; PUJARRA; MORETTO, 2016).

Barbieri (2011) complementa que a Gestão Ambiental Pública também é um processo de resolução de conflitos entre atores sociais nas questões sociais, econômicas e ambientais.

No entendimento de Seiffert (2009) a implementação da Gestão Ambiental Pública, dependente da política ambiental adotada pelo governo, mediante a definição de estratégias, ações, investimentos e providências em geral, com o intuito de garantir a qualidade do meio ambiente, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

2.1.1 Evolução histórica da Gestão Ambiental Pública

Em 1972, foi realizada a Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo na Suécia, promovendo uma comoção em esfera global, por meio do debate sobre desenvolvimento sustentável e do alerta aos países sobre a necessidade de analisar os impactos causados ao meio ambiente e o seu risco ao planeta.

Nessa perspectiva, Souza (2013, p. 63) descreve que a Conferência de Estocolmo foi muito importante:

“Ao apresentar um quadro de devastação da ação do homem sobre o ambiente natural, esse evento revelou a corrida desenfreada pelo ganho a todo custo, sobretudo, quanto à atividade industrial altamente poluente, utilizada em países desenvolvidos, convocando a sociedade global a se manifestar e os governos a tomar medidas mais severas de comando e controle sobre aquelas consideradas altamente poluidoras e danosas, ao mesmo tempo em que davam satisfação à opinião pública.”

Na concepção de Maglio (2000), foi neste período que o poder público iniciou o processo de Gestão Ambiental, mas ainda com ações coercitivas, utilizando-se de instrumentos de fiscalização para atender às diretrizes e políticas estabelecidas pelo Estado. O poder público

então começou a penalizar os atores poluentes como uma forma de buscar a redução da poluição.

Outro marco histórico muito importante foi a elaboração do Relatório Nosso Futuro Comum ou Relatório de Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) no ano de 1987, que novamente discute a relação entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente e como a tecnologia poderia ajudar na solução da melhoria do meio ambiente. Além disso, este Relatório conceitua desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. (BRUNDTLAND, 1991, p. 46).

De acordo com Souza (2013, p. 66), este Relatório foi o ponto inicial para a discussão sobre a temática:

“Considerando a importância de discutir mundialmente esse Relatório e firmar acordos internacionais para que os países membros das Nações Unidas (ONU) revissem o seu padrão de desenvolvimento, levando em consideração as questões de cunho ambiental, a ONU realizou, em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – também conhecida como ECO-92, Rio 92 ou Cúpula da Terra – reunindo, ao todo, 179 nações.”

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como Rio-92, teve com resultados a elaboração e apresentação de dois documentos importantes, a Carta da Terra e a Agenda 21. Esta última pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (MMA, 2019).

Na Rio-92, foram elaborados os documentos Declaração do Rio e Agenda 21. A declaração formaliza acordos internacionais sobre os temas gestão ambiental e desenvolvimento sustentável. Agenda 21 é um plano de ação global para o século XXI, incentivando a implantação de programas e políticas ambientais no mundo (FEIL; STRASBURG; SCHREIBER 2016).

A partir da década de 90, a sociedade começou a compreender a questão ambiental e começaram-se a adotar ações coletivas, com uma mudança de enfoque da Gestão Ambiental, tendo como finalidade a redução do impacto ambiental na totalidade. (NASCIMENTO, 2012).

2.2. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Considerando que não existe um conceito único e universal que defina a Responsabilidade Socioambiental (RSA), a resposta a essa pergunta pode variar conforme o respondente. Dependendo da esfera governamental (federal, estadual ou municipal) ou do tipo de instituição analisada, seja pública ou privada, o conceito de RSA pode estar mais focado em um dos três pilares da sustentabilidade: social, ambiental ou econômico. No que se refere às instituições do setor público, tendem a definir o conceito da RSA a partir de uma abordagem ampla e abrangente que envolva os três pilares da sustentabilidade de forma conjunta.

Brasil (2016, pág. 8) descreve que:

”O aspecto mais importante relacionado à RSA é entender que a responsabilidade socioambiental é mais do que um conceito, trata-se de um processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências cidadãs para avanço em direção à sustentabilidade no âmbito da administração pública, com a assunção de responsabilidades sobre questões sociais e ambientais relacionadas a todos os públicos com os quais a instituição interage: trabalhadores, consumidores, governo, empresas, investidores e acionistas, organizações da sociedade civil, mercado e competição, comunidade e meio ambiente.”

Quando se trata de Responsabilidade Socioambiental, é crucial que as instituições públicas sirvam de exemplo na adoção de medidas que reduzam os impactos socioambientais negativos. Isso contribui para a economia dos recursos públicos e beneficia o meio ambiente. O governo desempenha um papel estratégico no processo de RSA ao promover o diálogo entre os setores sociais e conscientizar a sociedade sobre a importância de adotar políticas de responsabilidade socioambiental (BRASIL, 2016).

A administração pública, como grande consumidora de recursos naturais em suas atividades meio e fim, assume um papel fundamental na revisão dos padrões de consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade por meio de sua capacidade regulamentadora e de indução de novos padrões e práticas. Brasil (2016) descreve que o programa A3P é a principal iniciativa para a construção de uma agenda de responsabilidade socioambiental governamental, buscando estabelecer um novo padrão de responsabilidade nas atividades econômicas, sociais e ambientais.

2.3 BREVE HISTÓRICO DA A3P

A A3P foi desenvolvida em 1999 por meio de iniciativas dos servidores do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com a finalidade de promover uma mudança nos padrões de produção e consumo, também adotar novas perspectivas para a gestão ambiental na gestão pública. Em 2001, foi criado o Programa Agenda Ambiental com o intuito de mostrar aos

gestores públicos a importância sobre as questões ambientais para que estes adotassem os critérios da gestão ambiental em suas rotinas de trabalho. Tendo assim o mérito de ser premiada em 2002, na categoria “O melhor dos exemplos” pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que a reconheceu como um trabalho de alta relevância para a sociedade por obter em seu desenvolvimento resultados positivos (BRASIL, 2016).

Diante da sua importância, a A3P foi incluída no Plano Plurianual (PPA) 2004/2007 como ação integrante do programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, tendo continuidade no PPA 2008/2011. Essa medida garantiu recursos que viabilizaram a implantação efetiva da A3P, tornando-a um referencial de sustentabilidade nas atividades públicas (BRASIL, 2009).

A A3P foi criada tendo como base o capítulo IV da Agenda 21 Global, o Princípio 8 da Declaração da RIO/92 e a Declaração de Joanesburgo. Todas essas referências mostram o quanto ela está alinhada aos esforços globais para promoção de sensibilização de novos padrões sustentáveis de produção e consumo que respeitem os recursos naturais e levem ao desenvolvimento sustentável (ARAUJO; LUDEWIGS; CARMO, 2015).

Em 2005, foi criada a “Rede A3P”, um canal de comunicação constituído por representantes do setor público e privado, que tenham ou não aderido à A3P. Criado também do Termo de Adesão à A3P, instrumento que oficializa a parceria entre o MMA e o órgão público (BRASIL, 2017).

A importância da A3P como instrumento de gestão pública nacional, destacou-se desde sua elaboração, baseando-se no alinhamento global de busca por um modelo de desenvolvimento sustentável, e seu histórico de reconhecimento nacional e internacional a pouco anos de sua criação e elaboração, levando a agenda a obter um novo plano de importância no cenário nacional, sendo o instrumento da administração pública a se encarregando da promoção da responsabilidade social e ambiental.

2.4 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)

O Governo Federal tem a obrigação de contribuir nos assuntos que se referem ao meio ambiente, formulando políticas e utilizando meios que possibilitem a estratégia de melhoria e qualidade de um novo modelo de consumo e produção, devendo implantar elementos sociais e ambientais nesse novo modelo. Partindo desta perspectiva, as instituições públicas têm sido motivadas a mudar seu modelo de gestão, adotando critérios que possam levar à discussão a gestão socioambiental no setor público (MMA, 2009).

O Ministério do Meio Ambiente, na cartilha A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública, lançada em 2009, define a A3P como um programa de gestão que objetiva promover a responsabilidade socioambiental e implementar critérios de sustentabilidade no exercício das funções da Administração Pública. Sendo assim, visa estimular a ética e a autoestima dos servidores públicos, conscientizando-os de sua importância ao exercerem suas atividades (BRASIL, 2009).

A exemplo da necessidade de a administração pública mudar seu modelo de gestão e passar a operar efetivamente com os assuntos relacionados ao meio ambiente, por meio da criação de uma agenda ambiental para o setor público o Governo Federal passa a atuar além de normalizador e regulador, passando a operar de forma mais ativa na implantação critérios de sustentabilidade no estágio das funções do setor público.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a atual conjuntura ambiental e os desafios de tentar ao máximo minimizar o impacto humano na natureza, as instituições públicas devem buscar incorporar novos hábitos para criar um ambiente mais sustentável.

As instituições que tentam minimizar os impactos gerados por meio de sua atividade precisam adotar um sistema de gestão que atende à necessidade de adotar critérios de sustentabilidade que possam oferecer uma gestão socioambiental. A A3P aborda esses aspectos.

Desta forma, a implementação da A3P abrange mudanças de comportamentos e modificações nas atividades públicas em relação aos investimentos, compras e serviços, como: compras sustentáveis, uso adequado dos recursos naturais, destinação correta dos resíduos sólidos e bens públicos, assim como a melhoria da qualidade de vida dos servidores (ALMEIDA; SOUZA; VITALI, 2014).

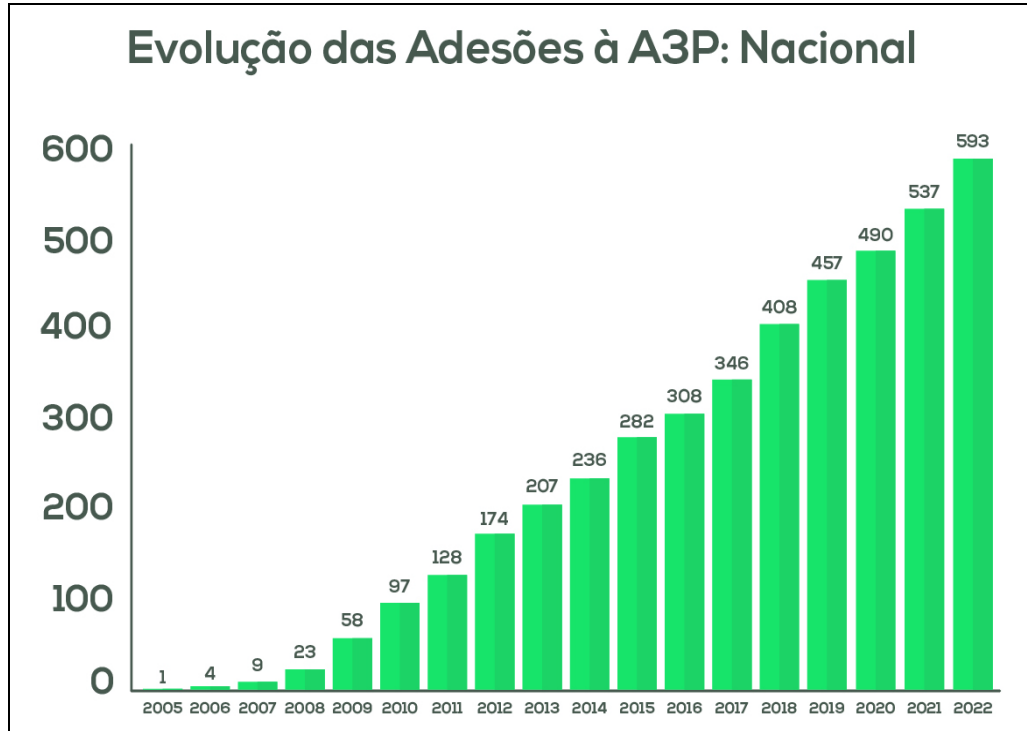
Araujo, Ludewigs e Carmo (2015), qualificam a A3P como um programa estruturado com grande consistência, por sua capacidade de impor à mudança na política à administração pública, pois, ela foi aperfeiçoada pelo governo desde sua criação, independente das mudanças ocorridas no Ministério do Meio Ambiente.

A A3P é um marco na adoção da gestão socioambiental na administração pública brasileira, apesar de não ser obrigatória. Ela é importante por introduzir o conceito de responsabilidade socioambiental para gestores, servidores e a sociedade, impondo mudanças comportamentais e políticas no setor público.

A ampla discussão sobre a necessidade de preservação do meio ambiente e a conscientização da administração pública sobre seu papel na redução de impactos socioambientais têm contribuído para aumentar a adesão à A3P e suas diretrizes de

sustentabilidade. Na figura 1, podemos ver a evolução das adesões à A3P, dados acumulativos até 2022.

Figura 1 - Evolução das adesões à A3P



Fonte: MMA, A3P em números, 2023.

No Estado do Amapá, durante este período, cinco instituições aderiram à A3P, sendo duas delas da esfera estadual: Tribunal de Contas do Estado do Amapá e Ministério Público do Estado do Amapá. As outras três são da esfera municipal: Prefeitura Municipal de Ferreira Gomes, Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho e Prefeitura Municipal de Oiapoque (MMA, 2024).

Em contrapartida, a Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), coloca o gerenciamento dos resíduos sólidos como um dos eixos temáticos da A3P, passando ser obrigatória sua implantação e regulamentação nas instituições públicas. Assim, todas as instituições, mesmo sem ter aderido em caráter efetivo à A3P, estão adotando critérios preestabelecidos no seu sistema de gestão atuante na instituição.

Desta forma, Almeida, Souza e Vitali (2014, p. 10) descrevem que:

“A administração pública, na qualidade de grande consumidora de recursos naturais, bens e serviços e grande geradora de resíduos sólidos, deve assumir um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade socioambiental, por meio da sua capacidade regulamentadora e indutora de novas e práticas junto ao setor público.”

O programa A3P discute que é necessário pensar em usar menos energia elétrica, reduzir os gastos, gerar cada vez menos rejeitos, comprar produtos que não danificam menos a natureza e levar a promoção e qualidade de vida aos servidores, sendo assim, realmente implantar um programa de sustentabilidade na instituição pública (MANDU et al., 2017).

Ressalta-se que o sistema de gestão socioambiental como A3P visa à racionalização de impactos socioambientais negativos, ao mesmo tempo, em que busca maximizar os impactos positivos, viabilizando a redução de gastos financeiros e garantindo a oferta de responsabilidade socioambiental nas instituições públicas.

2.4.1 Objetivos da A3P

“A A3P tem como principal objetivo estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras” (BRASIL, 2009, p. 33).

Além do objetivo macro, Brasil (2009, p. 33) apresenta outros cinco objetivos que evidenciam a construção de um novo paradigma dentro das instituições públicas, que são:

- I. Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- II. Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução dos gastos institucionais;
- III. Contribuir para a revisão dos padrões de produção e consumo de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
- IV. Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
- V. Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

2.4.2 Eixos temáticos da A3P

Segundo Brasil (2009), os eixos que formam a estrutura da A3P são formados a partir do princípio da política dos 5Rs: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar. Consumir produtos que gerem impactos socioambientais negativos. Esse princípio é de suma importância, pois define o sucesso das ações para implementação dos critérios socioambientais no ambiente de trabalho.

Em suas ações para incrementar a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental e da sua importância para a gestão pública, a Agenda Ambiental está estruturada em seis eixos temáticos principais, quais sejam: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gerenciamento de resíduos sólidos; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores, contratações públicas sustentáveis e construções sustentáveis.

Conforme Almeida, Souza, Vitali (2014), os eixos temáticos apresentam características descritas a seguir:

I. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Esse eixo temático significa usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício, englobando o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente (BRASIL, 2009).

Conforme Brasil (2009), os recursos naturais já extrapolam mais de 30% da capacidade de o planeta recuperar-se, que devido ao ritmo atual e ao crescimento de número de habitantes, será necessário já em 2030 de mais dois planetas para manter a população.

O padrão de consumo adotado pela sociedade moderna, no qual visa o acúmulo de riqueza e o grande número de produção e consumo, desencadeia inúmeros desperdícios que impactam negativamente nas áreas sociais e ambientais.

Almeida, Souza, Vitali (2014, p.13) apresentam resumidamente as principais características desse eixo:

“Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em ações de economicidade do gasto, otimização do uso dos recursos naturais e bens públicos e redução do desperdício. Este eixo engloba o consumo de água, energia, papel, copos plásticos, madeira, transporte e demais bens e materiais utilizados pela administração pública.”

O eixo estabelece a solução para que a administração consiga ser atuante no exercício de suas funções, com racionalizar impactos ambientais negativos e gastos de recursos públicos de forma responsável e fazer os usos de bens naturais de maneira correta, resultando em economia financeira.

II. Gestão adequada dos resíduos gerados

Esse eixo temático engloba a gestão adequada dos resíduos, utilizando a política dos 5Rs, que inicia em pensar em reduzir o consumo e combater “a prática de hábitos de consumo sustentável, um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos, a destinação e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (ALMEIDA; SOUZA; VITALI, 2014, p. 13).

Os autores complementam que a política dos 5Rs é bastante difundida na no gerenciamento de resíduos sólidos, pois possibilita uma reflexão crítica do consumo em relação ao conceito de reciclagem, pois ela é uma alternativa de tratamento adequada no ponto de vista socioambiental, por meio do uso dos recursos naturais, tratamento correto dos resíduos sólidos gerados, assim gerando renda quando bem estruturada a coleta seletiva.

A Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), Lei Nº 12.305/2010, que regulamenta o gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil, juntamente com o Decreto Nº 7.404/2010, preveem a redução e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados pelas instituições públicas e privadas.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e a Coleta Seletiva Solidária, são instrumentos de implementação da política nacional que objetiva contribuir para o controle da destinação dos resíduos motivados pela atividade produtiva das instituições privadas e públicas, destacando que “a reciclagem é uma das alternativas de tratamento de resíduos sólidos mais vantajosas, tanto do ponto de vista ambiental como do social.” (BRASIL, 2009, p.42). Além disso, se existir um sistema de coleta seletiva que funcione, ela gera renda e emprego para catadores, sendo estes, os principais parceiros da coleta seletiva.

Orientado por lei específica, apresenta o quão importante é o gerenciamento de resíduos sólidos na administração pública e privada, manifestando-se como um dos seus eixos temáticos na A3P. O objetivo do eixo é que, por meio do gerenciamento acertado, resulte no aumento da reciclagem, e os resíduos sólidos não reaproveitáveis são essenciais que tenham a destinação final adequada.

III. Qualidade de vida no ambiente de trabalho

“A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional” (BRASIL, 2009, p. 43).

Nesse sentido, as instituições públicas devem promover a qualidade de vida no trabalho, por meio de ações que busquem o crescimento e desenvolvimento dos servidores, por meio da implantação de programas que abordem o grau de satisfação dos servidores e o aperfeiçoamento das condições de trabalho, desde a promoção da saúde e até no aprimoramento das aptidões, para melhorar as capacidades humanas, entre outros fatores importantes para o bom funcionamento do ambiente.

Almeida, Souza, Vitali (2014, p.14) descreve que esse eixo temático engloba os aspectos psicológicos, físicos, ambientais do trabalho:

“A qualidade de vida no ambiente de trabalho envolve tanto os aspectos físicos e ambientais, como os aspectos psicológicos do local de trabalho. A estruturação desse eixo temático visa atender as necessidades do servidor e desenvolver ações para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, aumentando a sua produtividade e bem-estar no trabalho. Da mesma forma, engloba as questões relacionadas à garantia da acessibilidade, redução do estresse e ampliação da participação dos servidores nos processos institucionais.”

Enfatiza Brasil (2009), entre os vários fatores que afetam a qualidade de vida no trabalho, podem ser incrementadas ações de melhoria como: o uso e desenvolvimento de capacidades: por meio do aproveitamento das habilidades e autonomia na realização das atividades; integração social e interna: por meio da ausência de preconceitos, criação de áreas comuns para integração dos servidores, bom relacionamento interpessoal e respeito as diversidades; respeito a legislação: por intermédio da liberdade de expressão, respeito a privacidade e tratamento igual a todos: condições de segurança e saúde no trabalho: acessibilidade as pessoas com deficiência, ergonomia, saúde ocupacional e outras medidas que fazem parte da saúde e segurança no trabalho.

IV. Sensibilização e capacitação dos servidores

A sensibilização e a capacitação estão relacionadas com as mudanças de hábitos, comportamentos e de padrões de consumo dos servidores que envolvem a preservação do planeta, como descreve Brasil (2009, p.45):

“A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolvem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.”

Nessa concepção, tem-se percebido que ainda não existe a cultura de conscientização a respeito dos impactos negativos que as ações do dia-a-dia produzem sobre o meio ambiente. Então a A3P, incentiva a solução deste problema por meio de ações que sensibilizam e conscientizam os servidores com o objetivo de mostrar a importância da adoção de uma filosofia socioambiental dentro das instituições públicas (BRASIL, 2009).

Este eixo representa um grande desafio para a implantação da A3P, pois, é preciso conscientizar todos os gestores e servidores quanto à responsabilidade socioambiental, por meio do engajamento e a inserção de uma cultura de sustentabilidade dentro da gestão pública, sendo este, o fator essencial para o sucesso da A3P. O processo de sensibilização envolve a realização de campanhas com foco nas áreas sociais e ambientais, abordando a relevância da temática para a preservação dos recursos e para um melhor funcionamento das instituições públicas.

V. Compras públicas sustentáveis

Conforme Almeida, Souza, Vitali (2014), as Licitações Sustentáveis se dividem em Contratações Públicas Sustentáveis (CPS) e Construções Sustentáveis. Sendo que a CPS envolve as aquisições de bens, contratações de serviços, obras e reformas utilizando critérios

de sustentabilidade. Portanto, é necessário o planejamento sistêmico que compreende todo o processo produtivo.

Brasil (2016, p.11) explica que:

“A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras. Licitações que levem a aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas as que se valem do critério de menor preço.”

A Responsabilidade Socioambiental na aquisição de bens e serviços pela administração pública, além da importância ambiental e social, é essencial para que se tenha uma gestão econômica responsável a médio e longo prazo.

VI. Construções sustentáveis

Enquanto, as Construções Sustentáveis compreendem as instalações e os ambientes, desde a elaboração do projeto, construção, operação e renovação, utilizando os conceitos de sustentabilidade. Desta forma, a construção deve incorporar medidas de redução e otimização do consumo de materiais e energia, diminuição de resíduos, preservação do ambiente e a melhoria por meio da gestão da qualidade do ambiente. Deve envolver os critérios de forma sistemática, abordando os aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais, sempre levando em conta o bem-estar da sociedade em geral (ALMEIDA; SOUZA; VITALI, 2014).

Sobre as construções sustentáveis, Brasil (2016, p.11) afirma:

“Os edifícios públicos devem observar diretrizes socioambientais. As construções devem atentar para a origem da madeira utilizada, estruturas, conforto térmico e acústico, eficiência energética e estrutura de reuso de água.”

Nessa perspectiva, a administração pública deve dispor de instrumentos que possibilitem a tomada de decisão levando em consideração as melhores práticas, tanto nos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

2.4.3 Adesão e Implantação da A3P

Qualquer instituição da administração pública, de qualquer uma das esferas de governo, pode e deve implantar a A3P, basta decidir e promover as ações. O MMA propõe a institucionalização por meio de assinatura do Termo Adesão, afirmando o comprometimento da instituição interessada com a agenda socioambiental e a gestão transparente (BRASIL, 2016).

O art. 1º da portaria n.º 326, de 23 de julho de 2020, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), informa por meio de um dos seus parágrafos “§ 1º O Programa A3P, de caráter

voluntário, é destinado às instituições públicas, não cabendo sanções legais por parte do Ministério do Meio Ambiente para a sua implantação” (BRASIL, 2020 p. 1).

A portaria n.º 326, de 23 de julho de 2020, que institui a A3P e estabelece suas diretrizes, explica como deve ser feito o processo de adesão ao programa por uma instituição pública interessada:

“Art. 7º Termo de Adesão é o documento que formaliza a parceria estabelecida entre o Ministério do Meio Ambiente e o órgão público e será assinado por representante do Ministério do Meio Ambiente e do órgão que firma a parceria.

§ 1º O Termo de Adesão seguirá modelo disponibilizado pelo Programa A3P incluindo, necessariamente, um Plano de Trabalho que institui ações e prazos para sua implementação.

§ 2º O Termo de Adesão terá prazo de vigência de 5 (cinco) anos.

§ 3º Expirada a vigência do Termo de Adesão cabe ao órgão interessado dar entrada no pedido de renovação.” (BRASIL, 2020, p. 3).

Ao ser formalizado o compromisso da instituição pública por meio da assinatura do Termo de Adesão, essas instituições devem atender cinco passos que vão auxiliar a implantação. A portaria n.º 326 do MMA define os passos para implantar a A3P:

“Art. 8º Após a formalização do Termo de Adesão, é necessário que o órgão ou entidade adote os seguintes procedimentos, conforme cronograma previsto no Plano de Trabalho:

I-Crie Comissão Gestora da A3P, com o objetivo de implantar o Programa A3P no órgão;

II-Realize diagnóstico socioambiental do órgão, para definição das ações a serem adotadas;

III-Elabore Programa de gestão socioambiental;

IV-Elabore Plano de sensibilização dos servidores para a implantação da A3P; e

V-Monitore e avalie periodicamente a implantação do Programa A3P no órgão.” (BRASIL, 2020, p. 4).

O MMA na cartilha: Como implantar a A3P, 2ª edição (BRASIL, 2016) descreve cada um dos cinco passos para auxiliar a implantação:

1º Passo - Criar a comissão gestora da A3P

“Essa comissão ficará encarregada de sensibilizar os gestores sobre a importância do programa e fazer o planejamento, implantação e monitoramento das ações” (BRASIL, 2016, p. 15).

Destaca Brasil (2016), que a comissão deve ser composta por pessoas de todas as áreas da instituição, que seja composta por 5 a 10 pessoas, facilitando a comunicação e entendimento, deve ser institucionalizada por meio de instrumento legal pertinente.

Em casos das instituições que possuem filiais, recomenda-se a criação de subcomissões formadas por servidores das filiais, subcomissões que vão cuidar de implementar A3P nas

filiais. Sendo assim, pelo menos um representante dessas subcomissões deve integrar a Comissão Gestora para que o programa seja unificado (BRASIL, 2016).

2º Passo – Elaborar diagnóstico

Esse passo é a primeira ação a ser tomada pela Comissão Gestora para realizar o diagnóstico da situação socioambiental da instituição. A partir do diagnóstico, será possível direcionar medidas a serem tomadas, auxiliando na logística de implantação do projeto. Evidenciando assim, o modelo de consumo e descarte dos recursos naturais, resíduos gerados, além de abordar aspectos legais, estrutura administrativa e operacional, aspectos sócias e hábitos de atores envolvidos (BRASIL, 2016).

Diante disso, Brasil (2016, p. 16) destaca que:

“O diagnóstico deve conter informações sobre aspectos de todos os eixos da A3P, com dados, sobre o consumo de bens naturais, a política interna de gestão de resíduos até a avaliação dos programas de qualidade de vida e dos de sensibilização. Também deve ser avaliada a política interna de compras para constatar se há algum direcionamento às licitações sustentáveis.”

O diagnóstico deve avaliar os desperdícios em relação ao consumo, impactos ambientais gerados por funcionários, consumo dos recursos naturais e materiais e mapear os gastos da instituição. Aconselha a realização de pesquisas de opinião com os funcionários para contribuir para a melhoria das campanhas de sensibilização e deve ser discutido com os demais atores envolvidos para que se tenha sustentabilidade das ações adotadas com base no diagnóstico (BRASIL, 2016).

O diagnóstico exerce um papel muito importante porque vai evidenciar a atual gestão socioambiental da instituição, trazendo os pontos negativos e positivos, assim orientando nas tomadas de decisões e orientando na elaboração do programa de gestão socioambiental. O diagnóstico resulta em tomadas de decisões, e a comissão deve discutir sobre com todos os atores para garantir a manutenção e execução do que foi decidido a partir do diagnóstico.

3º Passo – Elaborar o programa de gestão socioambiental

Cita Brasil (2016) que o programa deve ser criado conforme o diagnóstico socioambiental e será encarregado de estabelecer os objetivos, ações e as metas que serão implementadas. As ações precisam ser definidas usando como base os eixos temáticos da A3P. Além de apresentar os recursos disponíveis para a implantação.

Destaca também a importância de os objetivos serem específicos e as metas mensuráveis para auxiliar na avaliação futura. Nessa concepção, os resultados deverão ser registrados e

documentados por meio de tabelas, gráficos, relatórios e fichas de acompanhamento das ações (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, após definidos os objetivos, ações e metas, Brasil (2016, p. 17) destaca que:

“Após a definição dos objetivos, metas e respectivos planos de ação, é a hora de implementá-los! Na etapa de implantação e operacionalização das atividades para quais a administração deverá disponibilizar recursos físicos e/ou financeiros para a compra de materiais ou de serviços específicos, assim como designar seus representantes específicos, com responsabilidade e autoridade definidas.”

O programa de gestão socioambiental deve estabelecer mudanças baseadas nos objetivos, ações e metas pré-estabelecidas que resultaram em mudanças de hábitos na gestão e funcionários. Sendo necessário identificar a necessidade de capacitação nas áreas de maior prioridade e conscientizar e sensibilizar todos os funcionários da importância da implantação da A3P (BRASIL, 2016).

4º Passo – Mobilizar e conscientizar

Mobilizar e conscientizar é essencial para a implantação da A3P, sendo indispensável a criação de um Plano de Conscientização. No plano constam-se todas as ações, como campanhas, cursos, publicação de material educativo, entre outros, que serão implementadas no decorrer do ano (BRASIL, 2016).

Sobre o Plano de Conscientização, Brasil (2016, p. 18), afirma:

“Para que o plano seja efetivo, a sensibilização deve ser acompanhada de iniciativas para capacitação dos servidores e terceirizados. A capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais nas questões relativas à gestão socioambiental e ao mesmo tempo fornece aos servidores oportunidade para desenvolver habilidades e atitudes para um melhor desempenho das suas atividades, valorizando aqueles que participam de iniciativas inovadoras e que buscam a sustentabilidade”.

Nessa concepção, a sensibilização e a mobilização visam incentivar a adoção de uma postura socioambiental correta pelos seus colaboradores. A mobilização deve ser permanente, dado que a mudança de hábitos depende da participação de todos (BRASIL, 2016).

5º Passo – Realizar a avaliação e o monitoramento

Brasil (2016, p. 19) sobre a avaliação e monitoramento:

“A comissão gestora deverá avaliar e monitorar o desempenho ambiental de forma periódica, com o intuito de fornecer informações quanto à eficiência e eficácia do projeto. Através da avaliação e monitoramento é possível verificar o desempenho das ações; identificar falhas e pontos de melhoria; replanejar as atividades que não estão alcançando os resultados esperados. Um dos grandes problemas na avaliação e monitoramento das instituições é a falta de dados para qualificar/quantificar as ações

implementadas. Para contornar esse problema é importante definir os indicadores que possam mensurar os avanços alcançados pelas instituições.”

Os indicadores são ferramentas essenciais para o planejamento e monitoramento das ações, atuam como ferramentas de análise, fiscalização e acompanhamento da execução dos programas e ações. Atuam também como avaliadores do processo de implantação de um plano, verificando seu êxito e pontos críticos (BRASIL, 2016).

Esse passo define como os indicadores são importantes para o monitoramento e avaliação das ações tomadas anteriormente porque através dos indicadores que se avalia se os objetivos estão sendo atingidos, deixando evidentes os pontos positivos e negativos do processo de implementação, fornecendo informações necessárias para que a instituição consiga atender todos as metas e objetivos estabelecidos em conformidades com os eixos temáticos da A3P.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Conforme a legislação vigente, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) foi criada através do decreto n.º 98.977, de 2 março de 1990, publicado no Diário Oficial da União 43, de 5 de março de 1990, nos termos da Lei n.º 7.530, de 29 de agosto de 1986, que autoriza o Poder Executivo a instituí-la, com vínculo ao Ministério da Educação, tendo sede e foro na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá (UNIFAP, 2020).

A UNIFAP é uma entidade pública dotada de autonomia didática-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, tendo seu estatuto aprovado pela Portaria Ministerial n.º 868/90, de acordo com o Parecer n.º 649/90-SESU, de 9 de agosto 1990 e publicado no Documento MRC n.º 35, com a finalidade de promover o ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com a legislação em vigor (UNIFAP, 2020).

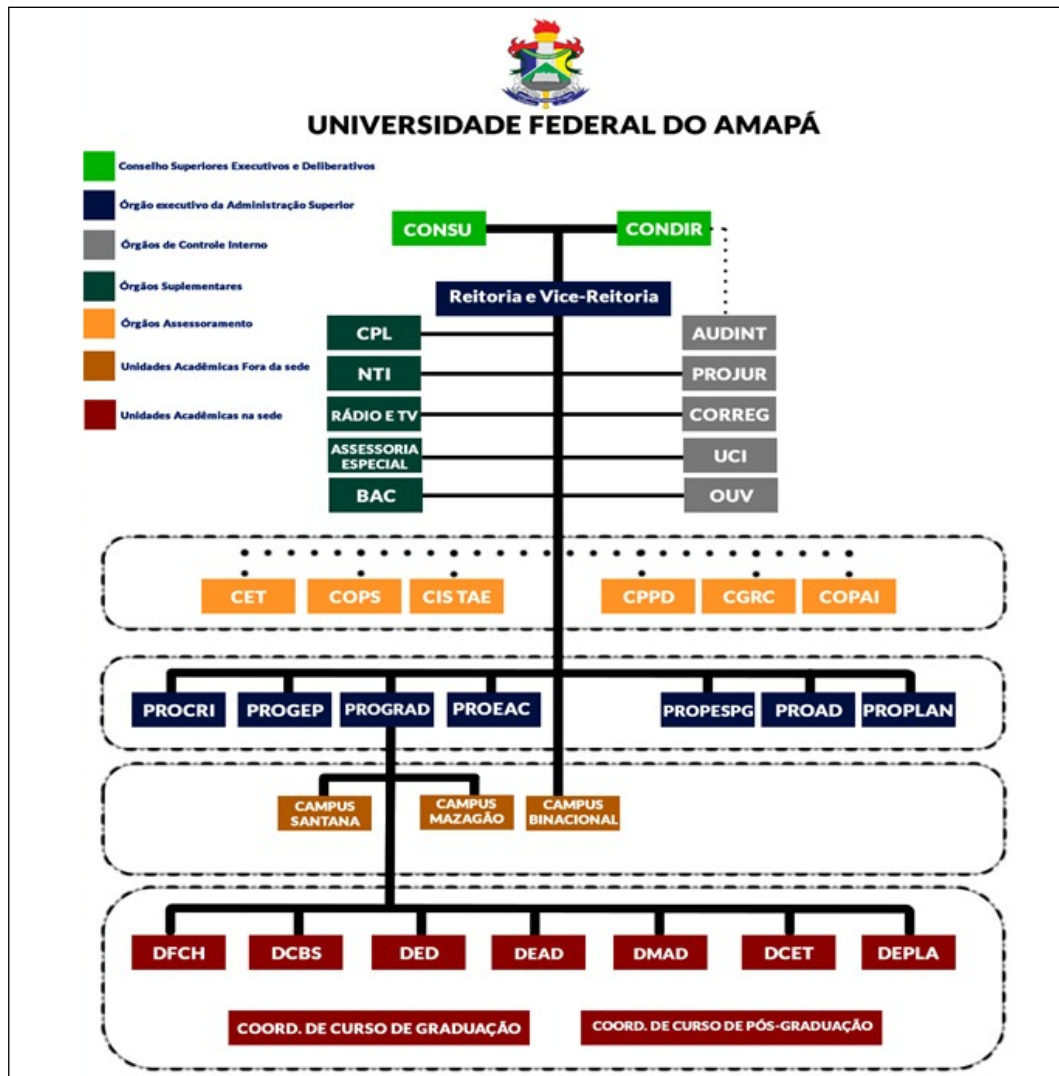
É possível inferir que a UNIFAP teve suas atividades iniciadas em 1970 através do Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado a Universidade Federal do Pará (UFPA), com foco na formação de professores em várias modalidades de licenciatura de curta duração. Iniciou suas atividades como IES no Campus Marco Zero em 1990, com seu primeiro vestibular de fato em 1991, oferecendo cursos de diversas áreas do conhecimento, como: Direito, Secretariado Executivo, Geografia, História, Matemática, Letras, Educação Artística e Enfermagem (UNIFAP, 2023).

Conforme seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2026, a Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) tem formato multiCampi, sendo estruturada pelo Conselho Superiores e Executivos e Deliberativos, o Órgão de Administração Superior é presidida pela

Reitoria e Vice-Reitoria, sediada no Campus Marco Zero, composta por sete Pró-Reitorias, além de Órgãos Suplementares, quais sejam: Comissão Permanente de Licitação (CPL); Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI); Rádio e TV universitária; Biblioteca Central (BIC) e Assessoria Especial da Reitoria (AER), subdivididas em divisões; Órgãos de Apoio e Órgão de Controle.

A estrutura organizacional e as competências da Reitoria e dos setores que compõem a IFES são definidas no Art.6º do Regimento Geral da Resolução n.º 09 do Conselho Universitário da UNIFAP (CONSU) de 2002, como mostra a figura 2, abaixo:

Figura 2 – Organograma da UNIFAP



Fonte: UNIFAP, 2023.

De acordo com UNIFAP (2024, p. 22) em seu Relatório de Gestão - Exercício 2023, sobre o ambiente interno da UNIFAP, afirma que:

“A UNIFAP possui quatro campi em funcionamento, localizados em Macapá, no município de Mazagão, Oiapoque e Santana. Atualmente, o quantitativo atinge aproximadamente 6.633 discentes distribuídos nos cursos de graduação, pós-graduação, educação a distância e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).”

Em 2023, a IFES contava com um quadro efetivo de 1.229 servidores, sendo 734 professores do Magistério Superior e 495 técnicos-administrativos. Esse número representa uma proporção de 59,72% de docentes e 40,28% de técnicos-administrativos (UNIFAP, 2024).

A área de atuação da IFES abrange as áreas de conhecimento, Exatas e Tecnológicas, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Meio Ambiente, Educação, Filosofia e Ciências Humanas. Dispõe de 07 Departamentos Acadêmicos definidos no Campus Marco Zero do Equador, em Macapá. A UNIFAP atualmente oferta 52 cursos de graduação e 36 cursos de pós-graduação, sendo 4 de Doutorado, 13 de Mestrado e 19 de Especialização *lato sensu*, distribuídos em 4 polos de apoio presencial nos municípios de Macapá, Santana, Vitória do Jarí e Oiapoque (UNIFAP, 2024).

Em atendimento a legislação vigente que exige a implementação do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) que foi instituído pelo Decreto n.º 7.746, de 5 de junho de 2012, a instituição está implementando o Projeto Piloto de Sustentabilidade Ambiental, devendo consolidar os projetos arquitetônicos aos critérios de sustentabilidade, acessibilidade e TIC, contendo elementos como: dispositivo de aproveitamento de água da chuva e de captação e armazenamento de energia solar, acústica adequada, conforto térmico, entre outros (PDI-UNIFAP, 2020).

Adicionalmente, não foram encontradas informações que indiquem a adesão da UNIFAP ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública. Isso sugere que a IFES ainda não implementou formalmente as diretrizes e ações propostas pelo programa para promover a sustentabilidade ambiental em suas operações, o que pode impactar na eficácia das práticas de gestão ambiental no Campus.

A área definida para aplicação do estudo de caso foi o Campus Marco Zero do Equador, por ser o Campus sede da UNIFAP e ofertar maior quantidade de Curso de Graduação e Pós-Graduação e sediar os Departamentos Acadêmicos. Além disso, possui maior número de discentes, docentes e técnicos-administrativos, o que justifica a escolha pelo valor amostral do trabalho. Assim, obtendo resultados mais eficientes e disponibilizando uma visão precisa em relação aos princípios de gestão ambiental definidos na A3P.

Figura 3 – Entrada do Campus Marco Zero do Equador da UNIFAP



Fonte: UNIFAP (2023).

A área de estudo abrange o Campus Marco Zero do Equador da UNIFAP, localizado na Rodovia Josmar Chaves Pinto - KM 02, no município de Macapá, Amapá.

Figura 4 – Vista Superior atual do Campus Marco Zero



Fonte: PDI UNIFAP (2020).

3.2 MÉTODOS

Esta pesquisa tem natureza básica, que de acordo com Prodanov e Freitas (2013), tem o intuito de gerar conhecimento novo acerca do assunto abordado, sem prática aplicada em busca de soluções, pois objetiva averiguar a administração da Universidade Federal de Amapá em relação ao cumprimento dos princípios de Gestão Ambiental definidos na Agenda Ambiental na Administração Pública.

Inicialmente, o método utilizado para a composição do referencial teórico foram as pesquisas bibliográfica e documental. A bibliográfica baseia-se em estudos realizados por meio de leituras de materiais já publicados, registros institucionais, fichamentos e resenhas, de livros, artigos científicos e monografias com temáticas afins. Para poder buscar sustentações ao tema a ser desenvolvido num projeto, praticamente toda pesquisa acadêmica realiza em algum momento pesquisa bibliográfica, como relata Gil (2008, p.29):

“Tanto é que, na maioria das teses e dissertações desenvolvidas atualmente, um capítulo ou seção é dedicado a revisão bibliográfica, que é elaborada com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema.”

De acordo com Gil (2009), a pesquisa documental é desenvolvida em seis etapas, sendo: a definição do objetivo, identificação da fonte, localização da fonte e obtenção do documento, análise e interpretação dos dados, construção das fichas, constituição lógica e redação da pesquisa.

Do ponto de vista do objetivo, esta pesquisa se caracteriza como descritiva, visa identificar e descrever as características de certos grupos, com procedimentos planejados e estruturados. “A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos e fenômenos (variáveis) sem manipulá-los” (BERVIAN, 2002, p. 66). “O processo descrito se refere a uma visão interpretativa da realidade do ponto de vista dos entrevistados” (SILVA, et al., 2005, p. 74).

Quanto à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Para Teixeira (2013, p. 140), na pesquisa qualitativa, “o social é visto como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias-primas dessa abordagem”.

A abordagem qualitativa integra o processo da análise, que decorre da interpretação dos dados. Para Gil (2009, p. 152), é “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”.

A classificação da presente pesquisa é um estudo de caso, considerando-se o objeto de estudo. Conforme Gil (2009), o estudo de caso é adequado quando se pretende conhecer de forma profunda e exaustiva a realidade de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

Para aplicação do questionário, foram realizadas entrevistas com perguntas previamente estruturadas aos atores-chave escolhidos com intuito de atingir os objetivos do estudo. Costa e Costa (2015) a entrevista tem como vantagem a interação com o entrevistado, e quando tem um questionário para seguir na hora de realizar as perguntas, é uma entrevista estruturada.

As perguntas elaboradas para compor o questionário foram focadas nos eixos temáticos I e II da A3P: uso racional dos recursos naturais e bens públicos (água e energia elétrica) e gestão adequada dos resíduos gerados (Campus Marco Zero da UNIFAP).

O eixo I da A3P trata dos recursos naturais que são essenciais e de uso diário na IFES. A gestão eficiente desses recursos impacta diretamente os custos operacionais e a sustentabilidade ambiental. Além disso, pode servir como exemplo e incentivar a comunidade acadêmica a adotar práticas sustentáveis. No que diz respeito ao eixo II, a gestão adequada dos resíduos é crucial para minimizar o impacto ambiental e promover a reciclagem e a reutilização de materiais. A análise dos resíduos gerados permite identificar oportunidades para reduzir, reutilizar e reciclar, contribuindo para a sustentabilidade da instituição.

Esses dois eixos fornecem uma base sólida para a análise da gestão socioambiental na UNIFAP. Por isso, foram selecionados como foco deste estudo, visando atender aos objetivos propostos.

O questionário comporta 12 perguntas abertas. As questões de 01 (um) a 09 (nove) estão relacionadas ao I Eixo temático da A3P – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos, com ações sobre o consumo de água e de energia. São questionamentos sobre assuntos como a evolução das contas, o percentual no orçamento, se há algum controle ou mapeamento do consumo, se existe política ou investimentos com o objetivo de otimização do consumo, além de questionar a falta constante de água e o que está sendo feito para resolver esse problema e, se é realizado o reuso de água.

As questões de 10 (dez) a 12 (doze) estão relacionadas ao II Eixo temático – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados, sobre a destinação dos resíduos sólidos gerados no Campus e no Restaurante Universitário (RU), bem como à existência ou não de coleta seletiva na Universidade.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas presenciais, no período amostral de 30 de janeiro a 4 de abril de 2023. Ao todo, foram escolhidos 07 atores-chave, gestores da

UNIFAP, sendo dos seguintes departamentos: Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Departamento de Gestão Orçamentária (DGO), Prefeitura do Campus Marco Zero da UNIFAP, Comissão de Permanente de Licitação (CPL), Divisão de Manutenção (DMANUT), Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis (DACE), Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC) e o gestor do Restaurante Universitário (RU).

Os atores-chave foram selecionados por suas funções estratégicas e influência direta na gestão dos recursos naturais e na implementação de práticas sustentáveis na UNIFAP. Suas perspectivas e experiências são fundamentais para uma análise abrangente e detalhada dos eixos temáticos I e II da A3P.

O DGO gerencia os recursos financeiros da universidade, incluindo o orçamento destinado a iniciativas de sustentabilidade. Sua visão é crucial para a alocação eficiente de recursos. Enquanto isso, a PROPLAN é responsável pelo planejamento estratégico da universidade, incluindo a incorporação de práticas sustentáveis no Plano de Desenvolvimento Institucional e outros instrumentos de gestão.

A Prefeitura do Campus Marco Zero da UNIFAP é responsável pela gestão e manutenção das instalações do campus, incluindo o uso de recursos naturais como água e energia elétrica. Sua visão e ações são cruciais para implementar práticas sustentáveis e eficientes no uso desses recursos. A CPL é responsável por todas as aquisições e contratações de serviços e materiais na universidade. Suas decisões impactam diretamente a sustentabilidade, especialmente na escolha de fornecedores e produtos que atendam aos critérios ambientais.

A DMANUT é responsável pela manutenção da infraestrutura do campus, incluindo sistemas de água e energia. Sua atuação é fundamental para garantir a eficiência e a sustentabilidade das operações diárias. O DACE está diretamente envolvido com a comunidade acadêmica, promovendo ações e campanhas de conscientização ambiental. Sua atuação é essencial para engajar estudantes e servidores nas práticas sustentáveis.

A PROEAC coordena projetos de extensão que podem incluir iniciativas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, envolvendo a comunidade acadêmica e externa. O RU é um grande consumidor de recursos como água e energia, além de ser um ponto crítico na gestão de resíduos. Sua gestão sustentável pode ter um impacto significativo na redução do consumo de recursos e na minimização de resíduos.

Os dados qualitativos, obtidos a partir das entrevistas, foram analisados utilizando-se a análise de conteúdo, a qual visa “[...] poder inferir algo, através de palavras, a propósito de uma realidade [...] representativa de uma população de indivíduos” (BARDIN, 2009, p. 90). As respostas foram organizadas em categorias temáticas e, sem seguida, discutidos à luz dos

teóricos sobre o tema em tela, verificando se a UNIFAP atende ou não os princípios de gestão socioambiental definidos na A3P e identificando os pontos positivos e negativos da gestão aos objetivos e critérios da A3P.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

As universidades têm responsabilidade essencial diante dos desafios relacionados ao meio ambiente e a responsabilidade socioambiental. Afinal, suas ações ou omissões refletem diretamente na sociedade. A percepção da comunidade mudará ao notar que a IES está adotando medidas socioambientais com a A3P. Isso será visto, principalmente, como um reconhecimento de que a administração universitária está comprometida com a formação dos alunos e com a qualidade de vida da comunidade e do planeta (BRASIL, 2017).

Pinheiro (2023) destaca que a UNIFAP desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável no Amapá, influenciando diretamente na conscientização e sensibilização local e na solução das problemáticas enfrentadas pela população amapaense.

Neste contexto, os 7 (sete) entrevistados selecionados para responder ao questionário são gestores e/ou servidores da UNIFAP e representam órgãos relacionados à gestão socioambiental que envolvem os eixos temáticos I e II da A3P. Ao final da coleta de dados, foram descritas as respostas, apresentando os seguintes resultados:

O primeiro ator a ser entrevistado foi o representante da Prefeitura do Campus Marco Zero da UNIFAP, que respondeu às 12 questões que compõem o questionário da entrevista. Em relação à questão n.º 1, destacou-se que nos últimos cinco anos, no qual se passou por uma situação atípica, a pandemia da COVID-19, houve uma paralisação na Universidade e em parte de suas atividades. Dessa forma, o consumo de energia teve uma redução. Entende-se que esses anos não se podem usar como parâmetro.

Destaca-se, que a IFES tem desenvolvido diversas maneiras de diminuir o consumo de energia, como: trocas de lâmpadas, não usando mais lâmpadas incandescentes, nem lâmpadas fluorescentes, são utilizadas lâmpadas de LED, as centrais usadas são do tipo inverter, está sendo feita substituição de ar-condicionado por centrais inverter e essas centrais vão otimizar o consumo de energia.

O entrevistado reforça que a evolução das contas de energia não tem como fazer uma parametrização nesses últimos cinco anos devido à pandemia e acredita que, nos próximos anos, a Universidade consegue ter um parâmetro mais próximo da realidade. Acrescenta que, se não houvesse a pandemia, acredita que a instituição estaria tendo uma redução de energia em alguns pontos. Mesmo com a construção e a inauguração de novas edificações, a Universidade tem um constante crescimento na sua infraestrutura, mas a preocupação com a evolução na conta de energia elétrica é constante, por isso que a UNIFAP vem tomando medidas que possam reduzir o consumo.

A situação da pandemia se aplica à água. No momento, sobre a água, tem-se um problema que não é exclusivo da Universidade, o problema que a cidade de Macapá toda enfrenta, em relação ao abastecimento da água através da antiga concessionária, e agora com uma nova concessionária. Então, não tem como ter o controle, visto que o órgão responsável, até o momento, não fez a instalação do medidor. Dessa forma, a UNIFAP paga apenas uma taxa fixa para a concessionária do Estado.

Em relação à questão n.º 2, o responsável diz que não se aplica ao setor e que essa pergunta deve ser feita para a PROPLAN e a referida diretoria tem um controle de quanto isso representa.

Na questão n.º 3 que compõem o questionário, o entrevistado afirmou que existe, em parte, o controle de consumo de energia e água e que em alguns lugares da instituição existe um controle diferenciado, como, por exemplo, no prédio da Restaurante Universitário (RU), no qual é controlado a consumação. Complementou afirmando que um controle a título de promoção de campanha não existe e foram iniciados estudos para implantação do controle eficiente a partir de meados de julho de 2023.

Ao responder à questão n.º 4, afirmou que não se tem um mapeamento da energia e água da UNIFAP e, no momento, não tem como, porque seria necessária a instalação de medidores de consumo em cada prédio. O único prédio que conta com um medidor de consumo é o RU e que estão estudando a possibilidade de instalar medidores nos demais prédios.

Em relação à questão n.º 5, que trata da política de otimização do consumo de energia e água, o ator respondeu que sim, que existe na UNIFAP. A instituição iniciou a aquisição e construção do parque da usina fotovoltaica, que vai garantir uma redução significativa na conta de energia. O processo já foi licitado, homologado e assinado o contrato com a empresa para a construção da subestação de que o parque precisa para funcionar plenamente. Destaca-se, também, que as obras mais recentes, como o Hospital Universitário (HU), os prédios Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH), já possuem a previsão de implantação

do sistema de placas fotovoltaicas na própria edificação. No caso, com relação à água, nos prédios do DFCH e do HU também tem sistema de reuso.

A questão n.º 6, sobre se a instituição pretende adquirir equipamentos e sistemas para otimização do consumo de energia e água, o ator complementa a resposta da pergunta de 5, e está sendo feito a aquisição placas, que será instalado o sistema da usina fotovoltaica com a construção da subestação.

Sobre a falta de água ser um problema constante dentro da Universidade que trata a questão n.º 7, o ator destacou que é um problema praticamente histórico na instituição. Primeiramente, com a antiga concessionária, responsável pelo fornecimento de água, agora essa problemática ficou sob responsabilidade da nova concessionária de água do Estado. O ator destaca que a concessionária não consegue fornecer água para não ocorrer interrupção. Complementa que a UNIFAP tem que procurar maneiras alternativas para atender a demanda de consumo de água, através dos poços. É feita a instalação de poços e filtros, para suprir a demanda.

Sobre a questão de n.º 8, o entrevistado responde que se são feitos contatos frequentemente com a concessionária, e que esta foi a Universidade. Também são encaminhados ofícios para tratativas. E teve-se a informação de que está sendo feita uma manutenção na cidade, na rede, e que a partir dessa manutenção conseguirão suprir a demanda da UNIFAP.

Reforça que a instituição segue com o plano alternativo de manter os poços funcionando e existe um sistema como se fosse “híbrido”, que é atendido tanto pela concessionária quanto pelos poços. E é feita a manutenção constante desses poços, limpeza e manutenção da bomba, gerando um custo para a universidade, que deveria não ocorrer se a concessionária fornecesse água sem interrupções frequentes.

A questão n.º 9 aborda a questão do reuso de água dentro da UNIFAP, e o ator diz que, no momento, ainda não está 100% concretizada. O que já existe é o sistema no Hospital Universitário. Em pleno funcionamento, está 100% executado, mas o Hospital ainda não está sendo utilizado em sua totalidade, mas já existe um sistema. E para o prédio do DFCH, que as obras estão em execução, também existe um sistema, vai ter um sistema de reuso de água.

Em relação à questão n.º 10, o ator diz que tem uma empresa que faz este recolhimento, é uma terceirizada. Ela faz parte do recolhimento, segundo as previsões legais, é responsável também pelo descarte devido desse material. É uma empresa terceirizada, fiscalizada pela Prefeitura da UNIFAP e também tem parte do resíduo que é a coleta feita através da Prefeitura

de Macapá. Em função do tempo de sessão que se tem com a escola de aplicação, a prefeitura também faz o recolhimento desses resíduos.

A questão n.º 11, que trata sobre os resíduos do RU, o entrevistado diz que o destino dos resíduos do RU fica a cargo da empresa que tem a cessão do restaurante. Então, quem melhor pode dar essa orientação sobre esta pergunta é a PROEAC, órgão da instituição responsável pelo controle, gestão e fiscalização dessa empresa.

Sobre a existência da coleta seletiva na UNIFAP, no qual trata a questão n.º 12, o ator responde que, a instituição tem as lixeiras para coleta seletiva, só que, infelizmente, tanto o contrato da Universidade quanto o contrato da própria Prefeitura de Macapá, que é relacionada à coleta de lixo, não estabelece essa coleta seletiva.

O segundo ator a ser entrevistado foi o representante da Prefeitura do Campus Marco Zero da UNIFAP, serviço realizado por uma empresa terceirizada e administrado pela Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC). O representante da empresa respondeu apenas à questão n.º 11, que trata especificamente dos resíduos do RU e sua destinação. O entrevistado destaca que, após a empresa estar administrando o restaurante por três meses, foi iniciada a separação do lixo orgânico do lixo comum.

Os lixos orgânicos são os restos de legumes, das sobras de legumes, do alimento que não é consumido, mas foi mexido, então é descartado. E foi fechada parceria com um pequeno criador de animais: porcos, patos e galinhas, que recolhe esse resto separado, para fazer a alimentação dos animais, da sua pequena produção. E o lixo comum vai para a coleta, mas não é uma coleta seletiva, vai para uma coleta normal. O entrevistado destaca que seria interessante se houvesse na cidade uma cooperativa, como de catadores, que pudesse fazer esse recolhimento. Destaca-se que não é feita a coleta seletiva, apenas a separação de dois tipos de lixo, do seco e do molhado, que é o orgânico.

Complementa que existem lixeiras para coleta seletiva por cores, para a separação de metal, plástico, papel e orgânico, só que não têm um destino específico, vão tudo para o aterro sanitário. Apenas o recolhimento do lixo orgânico é feito pelo produtor, os outros são armazenados em embalagens separadas e são levados para a lixeira da instituição.

Sobre o acordo com o pequeno produtor para destinação do lixo orgânico, surgiu por parte do produtor que solicitou e foi acatado, no qual é um ônus para ele, é uma doação voluntária para benefício da família dele, da UNIFAP e da sociedade, pois o volume maior de resíduos no RU é o lixo orgânico e está tendo uma destinação correta, por meio do reaproveitamento para criação de ração orgânica.

O representante da Comissão Permanente de Licitação (CPL) foi o terceiro ator entrevistado e respondeu todas as questões que compõem a entrevista e sobre a questão n.º 1, diz que se trata de competência da Prefeitura da UNIFAP e que não tem informações para respondê-la, assim como as questões n.º 2 a 4.

Sobre a questão n.º 5 que trata da otimização do consumo de energia e água na instituição, diz que há uns anos, a UNIFAP iniciou uma campanha, mas sabe dizer qual o resultado desta iniciativa, porque são informações específicas que não se tem conhecimento dentro da CPL e complementa dizendo que talvez a PROAD pudesse responder com detalhes a referida pergunta.

A questão n.º 6, que engloba a aquisição de equipamentos e sistemas pela UNIFAP, o entrevistado diz que, em relação aos equipamentos de energia, sim. Estão adquirindo placas solares e que, inclusive, já existem algumas montadas, que já houve licitação para aquisição. Em relação à água, existem poços artesianos, mas essa pergunta é também específica para ser feita à Prefeitura. A questão n.º 7 destaca que a Prefeitura tem competência para responder.

Sobre a questão n.º 8, que abrange o que está sendo feito para resolução do problema frequente de falta de água na instituição, sabe que são ativados os poços artesianos que existem e talvez construir mais poços. Em relação ao alto consumo de energia, entende-se ser pela existência de vários prédios espalhados, e uma solução seria a verticalização da UNIFAP, ao invés de construir vários prédios, verticaliza e economiza em água, energia e vigilância.

Sobre o reuso de água pela instituição, o entrevistado diz não ter conhecimento, se existe, ele não sabe. Com relação aos resíduos sólidos, qual a destinação dada aos resíduos produzidos no campus Marco Zero? Diz que quem é responsável pela coleta é a Prefeitura e tem a empresa terceirizada que faz a coleta do lixo biológico do laboratório. Sobre os resíduos do RU e sua destinação, responde que essa pergunta é competência da PROEAC. Em relação à existência de coleta seletiva na UNIFAP, o entrevistado diz apenas que foram instaladas lixeiras nas cores, lixo, plástico, papel, etc.

O quarto ator entrevistado foi o representante do Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis (DACE), uma das unidades da Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC). Em resposta à questão n.º 1, o entrevistado diz que a Prefeitura do Campus e o PROAD são os responsáveis pelo levantamento e execução de pagamento e da evolução das contas de energia elétrica e água da UNIFAP. Complementa que as questões de n.º 2 a n.º 10 são competências e devem ser respondidas pela Prefeitura e pela PROAD.

As questões n.º 11 e 12, que tratam do eixo temático Gestão de resíduos gerados, o ator diz que no RU tem um local com armazenamento específico para restos de alimentação, que é

inclusive um espaço refrigerado, que o carro do lixo da Prefeitura recolhe o material. Destaca que não se sabe a destinação final dada ao material coletado. Em relação à coleta seletiva, que trata da questão n.º 12, diz que existe a coleta do lixo por parte da Prefeitura Municipal de Macapá.

O representante da Divisão de Manutenção (DMANUT) da Prefeitura do Campus Marcus Zero foi o quinto ator entrevistado e respondeu às 12 questões que compõem o questionário.

A questão n.º 1 que trata da evolução das contas de energia elétrica e água na universidade nos últimos 05 anos, o entrevistado diz que a energia elétrica, se for fazer um comparativo de 10 anos atrás, a instituição tinha uma conta muito mais pesada do que tem hoje, um consumo maior comparado ao momento atual, em razão da adoção de sistemas mais econômicos, ar-condicionado mais econômicos, lâmpadas LED que são mais econômicos. Em relação à água, houve a implantação do sistema de torneiras temporizadas de pressão e caixas de descarga com uma litragem menor e aí teve um consumo menor da quantidade de água.

Sobre o quanto isso representa no orçamento da universidade, que trata da questão n.º 2, o entrevistado responde que não sabe informar, que não tem conhecimento acerca do orçamento da universidade.

Em relação à questão n.º 3, sobre a existência de controle de consumo de energia elétrica e água, o entrevistado destaca que existe o controle através da aplicação de tecnologia, como a aplicação de lâmpadas LED, que antigamente eram lâmpadas tubulares de fluorescente, que cada lâmpada consumia 40 watts de potência, hoje cada lâmpada dessas aí consome no máximo 18 watts de potência, então foi significativa a diminuição pela adoção de tecnologia, do mesmo jeito em relação ao consumo de água. Não soube informar se existe campanha, algo de cunho social.

Em resposta à questão n.º 4, que questiona sobre o mapeamento dos prédios que mais consomem água e energia, o representante da DMANUT diz que prédio a prédio não existe esse mapeamento, mas foi feita uma análise do montante, o consumo geral da Universidade era X e que era preciso diminuir o consumo. E que ocorreu a diminuição do consumo de água e de energia da UNIFAP.

Perguntado se a UNIFAP adota alguma política para otimização do consumo de energia elétrica e água, refere-se a questão n.º 5, o ator destacou que a política adotada é a aplicação de novas tecnologias para diminuir a quantidade de energia utilizada, como recentemente foi definida a política de manutenção preventiva dos ar-condicionado, que existe por lei e foi implantada e está sendo aplicada. Complementa que um ar-condicionado limpo consome menos

energia. As lâmpadas foram substituídas por tipo LED, o sistema de torneiras foi substituído por temporizador de pressão, caixa d'água de descarga com menos litragem e basicamente, a política é diminuir a quantidade de consumo dos recursos.

Sobre a aquisição de equipamentos e sistemas para otimizar o consumo de energia e água, que trata a questão n.º 6, o entrevistado diz que sim, principalmente por parte da DMANUT. Destaca que a Universidade enfrenta recorrentes problemas de falta de fornecimento de água e que só é detectado que está faltando água dentro da universidade no momento da ocorrência. Não existe um sistema para detectar, e é preciso definir padrões que informem antecipadamente os níveis de água, por exemplo, se estão em um nível baixo na cisterna e na caixa d'água, e assim gerenciar com outros artifícios para ser solucionado esses problemas.

A questão n.º 7, que trata sobre a constante falta de água na Universidade, explica que, se for pegar do ano de 2010 para cá, houve uma mudança muito grande no consumo de água da Universidade. Primeiramente, porque houve uma detecção de vários problemas de vazamento que foram sanados.

Posteriormente, foram detectados vazamentos nas torneiras e nos vasos sanitários e foram substituídas as torneiras por temporizadores de pressão e os vasos sanitários por novos vasos. O entrevistado complementa que o sistema de abastecimento principal da Universidade é feito pela empresa concessionária de água do Estado, e que a mesma não fornece a quantidade de água necessária para o uso da UNIFAP e a instituição fica sem água. A Universidade utiliza o mesmo sistema de distribuição de toda a cidade de Macapá, são comuns casos de falta de água na cidade e automaticamente vai interferir no abastecimento da UNIFAP também.

Como artifícios para amenizar esse problema, foram construídos poços. Antigamente, os poços utilizados tinham profundidade maior, que pegavam a água mais ferrosa. Nesse contexto, foram adquiridos filtros para filtrar o ferro da água e a mesma ser utilizada para o consumo da Universidade, tanto para a parte de descarte da água, vaso sanitário, pia, etc., quanto para consumo para pessoas. O entrevistado complementa que o sistema de filtragem foi adotado para que os filtros antigos pudessem ser utilizados, poços com 70 metros de profundidade que estão funcionando e sendo usados para o consumo da Universidade.

Em relação à questão n.º 8, o ator responde que foi adquirido o sistema de filtragem e foram utilizados fósseis nos dois pontos principais da Universidade, que são atrás da NTI, na caixa d'água principal, e na área da saúde, no antigo bloco de Medicina. Destaca que mesmo utilizando o sistema de pós-filtragem, não é suficiente para atender à necessidade da população da UNIFAP. A gestão do Campus pulverizou mini pontos de aquisição de água, como, por

exemplo, na Reitoria, que tem um sistema com poço, caixa d'água, assim como na piscina, no Departamento de Letras e Artes (DEPLA) e no Bloco de Engenharia Elétrica.

Sobre perguntado sobre alguma atividade com reuso de água, o entrevistado respondeu que não tem captação de água pluvial dentro da Universidade e que não tem conhecimento de nenhum estudo a respeito de reaproveitamento de água. Complementa que existe o reuso pela natureza, que foi instalado um sistema de estação para tratamento de esgoto para devolver a água limpa para a natureza, que esse sistema está funcionando no Hospital Universitário (HU) e no RU, o segundo sistema se estende também à Biblioteca do Campus.

Em relação à destinação dos resíduos sólidos produzidos no Campus Marco Zero, que trata da questão n.º 10, o ator diz que é feita a coleta normal pela Prefeitura de Macapá, a Universidade tem um local para depósito do lixo e a Prefeitura faz o recolhimento e leva para o Aterro Sanitário do município.

A questão n.º 11, que aborda sobre os resíduos do RU, o entrevistado não soube responder. E quando perguntado se na Universidade existe a coleta seletiva dos resíduos, o ator diz que há alguns anos houve a tentativa de implementar o sistema de coleta seletiva, foram distribuídas várias lixeiras coloridas pela UNIFAP, definindo o que era plástico, o que era orgânico, separando todos os lixos. Só que não se teve apoio externo para que a coleta fosse efetivada. Teve-se a tentativa da Prefeitura do Campus e da Divisão de Materiais, que fez aquisição das lixeiras e separou os resíduos, mas infelizmente aqui no Estado não existem muitas empresas voltadas para essa finalidade.

O representante da Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC) foi o sexto ator a ser entrevistado. Sobre as questões n.º 1 e n.º 2, respondeu que a questão da evolução das contas de energia elétrica e água e seu percentual no orçamento é específica da Prefeitura do Campus e da PROAD, respectivamente.

Em relação à questão n.º 3, que aborda o controle de consumo de água, diz que especificamente no RU tem se a utilização de poço artesiano. A questão n.º 4 diz tratar-se de competência da Prefeitura do Campus e da DMANUT.

Perguntado sobre a existência de alguma política para otimização do consumo de energia e água, responde que, no RU eles utilizam o consumo racional, e que existia um projeto de um docente que realizava estudos e análises da água para consumo. A questão n.º 6 diz tratar-se de competência da Prefeitura do Campus.

Questionado sobre a frequente falta de água na Universidade que trata a questão n.º 7, o representante da PROEAC responde que, pelo seu conhecimento, pelo tempo que está na UNIFAP, o abastecimento de água é feito em sua maioria pela concessionária de água do Estado

e com alguns poços artesianos da Universidade. A concessionária não consegue atender à demanda, por isso a falta de água é constante. A questão n.º 8 diz que a Prefeitura do Campus consegue responder.

A questão n.º 9, o entrevistado não soube responder e, sobre a questão n.º 10, diz que, no Campus é feita a coleta domiciliar, o lixo comum para o contêiner, coletado pela Prefeitura e os outros lixos, uma empresa terceirizada faz o recolhimento e leva para a reciclagem.

Em relação à questão n.º 11, especificamente do resíduo do RU, o ator detalha que os resíduos sólidos gerados são doados a pessoas que trabalham com criação de animais ou hortas. Quando perguntado sobre a existência da coleta seletiva na Universidade, complementa que existe, e que a coleta é feita em dias e horários determinados.

O representante do Departamento de Gestão Orçamentária (DGO) e da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), em relação à evolução das contas de energia elétrica e água da UNIFAP nos últimos 5 anos, que se refere a questão n.º 1, disponibilizou uma tabela demonstrando a execução das despesas, efetivamente pagas, com energia elétrica e água canalizada.

Tendo em vista que os pagamentos de alguns meses são efetuados no exercício seguinte, por meio de saldo de restos a pagar, o que pode observar, em relação à despesa com energia elétrica, com menos volume nos exercícios de 2020 e 2021, reflexo da pandemia da COVID-19, ocasião em que as atividades presenciais foram suspensas, e com isso desacelerando o andamento de alguns processos de pagamento. Teve-se uma redução na conta de energia elétrica de 17%, representando R\$ 435.985,05 de economia no período de 2018 a 2022.

Quadro 1 - Demonstrativo e execução de despesas pagas

Item Informação		Despesas Pagas				
Ano Lançamento		2022	2021	2020	2019	2018
Natureza Despesa Detalhada		Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$
33903943	Serviços de Energia Elétrica	2.134.780,73	216.389,10	0,00	2.082.324,16	2.570.765,78
33903944	Serviços de Água e Esgoto	0,00	0,00	13.159,86	84.415,11	57.450,88

Item Informação		Restos a Pagar Pagos (Proc e Não Proc)				
Ano Lançamento		2022	2021	2020	2019	2018
Natureza Despesa Detalhada		Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$
33903943	Serviços de Energia Elétrica	459.441,38	1.842.643,84	2.100.533,96	925.457,34	559.388,32
33903944	Serviços de Água e Esgoto	0,00	0,00	15.661,29	36.449,12	39.395,52

Fonte: Tesouro Gerencial, 2023.

Quanto à execução de despesas com água canalizada, observa-se que não houve execução nos exercícios de 2021 e 2022. A unidade responsável pelo acompanhamento e solicitações de pagamentos dessas despesas é a Pró-Reitoria de Administração (PROAD), através da Prefeitura do Campus Marco Zero. Desta forma, somente a unidade responsável poderá informar os motivos da falta de execução (pagamento).

Quadro 2 - Dotação orçamentária e percentuais das despesas com energia e água

Ano	Energia Elétrica (R\$)	Água Canalizada (R\$)	Energia Elétrica + Água Canalizada (R\$)	Dotação Orçamentária (R\$)	%	%
2022	2.594.222,11	0,00	2.594.222,11	41.962.316,00	6	6,18
2021	2.059.032,94	0,00	2.059.032,94	27.879.718,00	7	7,39
2020	2.100.533,96	28.821,15	2.129.355,11	31.940.898,00	7	6,67
2019	3.007.781,50	120.864,23	3.128.645,73	33.663.680,00	9	9,29
2018	3.130.154,10	96.846,40	3.227.000,50	27.719.494,00	12	11,64
TOTAL	12.891.724,61	246.531,78	13.138.256,39	163.166.106,00	8	8,05

Fonte: Tesouro Gerencial e Leis Orçamentárias Anuais, 2023.

O representante diz que não existe na instituição algum tipo de controle do consumo de energia elétrica e água ou campanha educativa para conscientização, que trata da questão n.º 3. As questões n.º 4 a 12, o entrevistado diz que não se aplica à referida área e sugere que as perguntas sejam realizadas à Prefeitura do Campus.

4.2 AÇÕES AOS EIXOS TEMÁTICOS DA A3P

As informações do Quadro 3, expressam o Checklist das ações da UNIFAP em relação às questões relacionadas ao eixo temático I da A3P – **Uso racional dos recursos naturais e bens públicos**, que compõem o questionário desta pesquisa, correlacionando as ações aos Indicadores de Sustentabilidade da Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas, que podem ser utilizados na construção do diagnóstico de programas socioambientais e podem ser aplicados de acordo as particularidades da IES (MMA, 2017).

Quadro 3 - Checklist ao Eixo temático I - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Questões	Atende	Atende parcialmente	Não atende	Ações	Indicadores de Sustentabilidade
1. Como se deu a evolução das contas de energia elétrica e água da UNIFAP nos últimos 5 anos?		x		Redução do consumo de água e energia.	Consumo de: energia elétrica; água e produção de esgoto.
2. Quanto isso representa, em percentual, do orçamento da UNIFAP?	x			Redução do percentual do orçamento.	Consumo de: energia elétrica; água e produção de esgoto.
3. Há algum tipo de controle do consumo de energia elétrica e água da UNIFAP? Ou campanha educativa com a finalidade de conscientização para a economia de energia elétrica e água?			x	-	-
4. Existe algum mapeamento para saber quais prédios consomem mais energia elétrica e água?			x	-	-
5. Existe alguma política com objetivo de otimizar o consumo de energia elétrica e água?	x			Construção da usina fotovoltaica. Consumo racional de água.	Consumo de: energia elétrica; água e produção de esgoto.
6. A UNIFAP pensa em adquirir equipamentos e sistemas com o objetivo de otimizar o consumo de energia elétrica e água?	x			Aquisição de placas fotovoltaicas e equipamentos de reuso de água. Aquisição de lâmpadas LED, centrais de ar inverter e torneiras temporizadas.	Consumo de: energia elétrica; água e produção de esgoto. Geração de energia solar por placas fotovoltaicas. Equipamentos para captação de água de chuva e reuso de água.

Questões	Atende	Atende parcialmente	Não atende	Ações	Indicadores de Sustentabilidade
7. Por que a falta de água é um problema constante na UNIFAP	x			Concessionária não consegue atender a demanda. Saneamento de vazamentos e desperdícios.	Consumo de água e produção de esgoto.
8. O que está sendo feito com o objetivo de resolver este problema?	x			Construção de poços artesianos. Sistema híbrido de abastecimento de água, sistema de filtragem de água.	Consumo de água e produção de esgoto. Equipamentos para captação de água de chuva e reuso de água.
9. Existe alguma atividade realizada com reuso de água? Qual?	x			Reuso de água nos prédios do HU e do DFCH, estação de tratamento de esgoto.	Consumo de água e produção de esgoto. Equipamentos para captação de água de chuva e reuso de água.

Fonte: Elaborado pelo Autor. Adaptado Viegas e Cabral (2015).

Sobre o eixo temático que trata do Uso racional dos recursos naturais e bens públicos, destaca-se que a instituição atende a seis das nove questões, atende parcialmente a uma questão e não atende a duas questões. Identificam-se aspectos positivos na gestão a partir da adoção dos critérios de sustentabilidade da A3P, com a redução do consumo de energia elétrica e água e conseqüentemente a diminuição no percentual do orçamento, por meio a instalação de equipamentos tecnológicos que consomem menos energia, com saneamento de vazamentos e desperdícios de água, instalação de torneiras por temporizadores de pressão e construção de poços artesianos para suprir a necessidade de fornecimento da UNIFAP, com sistema híbrido de abastecimento e filtragem de água.

Além da implantação da política para otimização do consumo de energia e água, com a aquisição de placas solares e a construção da usina fotovoltaica e o sistema de reuso de água nas novas edificações, como nos prédios do HU e do DFCH.

Vê-se, portanto, que, em relação às questões 3 e 4, a não existência de controle do consumo ou campanha educativa para conscientização para a economia de energia elétrica e água, assim como o mapeamento dos prédios do Campus Marco Zero, são pontos negativos aos objetivos e critérios da A3P.

Brasil (2016) destaca que, para a redução de consumo de energia, é necessária a implantação de ações, como: fazer o diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor melhorias para a redução do consumo; realizar levantamento e acompanhamento do consumo

de energia. Conforme o Manual Prático para uso e conservação da água em prédios públicos do MMA (2014), é preciso acompanhar e analisar o consumo de água na edificação, o mapeamento por setor facilita o acompanhamento e a análise, gerando indicadores com base no consumo de água de cada prédio, que são importantes parâmetros para reduzir o consumo de água.

As informações do Quadro 4 expressam o Checklist das ações da UNIFAP em relação às questões relacionadas ao eixo temático II da A3P – Gestão adequada dos resíduos gerados, correlacionado aos Indicadores de Sustentabilidade da Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas (MMA, 2017).

Quadro 4 - Checklist ao Eixo temático II - Gestão adequada dos resíduos gerados

Questões	Atende	Atende parcialmente	Não atende	Ações	Indicadores de Sustentabilidade
10. Com relação aos resíduos sólidos, qual a destinação dada aos resíduos produzidos no Campus Marco Zero?	x			Aterro sanitário, doação de lixos orgânicos, separação e coleta de lixo biológico.	Destinação de: Resíduos recicláveis; Resíduos perigosos e não recicláveis; Orgânicos para aterro sanitário, lixão ou Compostagem.
11. Os resíduos do Restaurante Universitário têm algum destino específico?	x			Doação de lixos orgânicos para produtores de animais.	Destinação de Resíduos Orgânicos para aterro sanitário, lixão ou Compostagem.
12. Existe coleta seletiva de lixo na Universidade? Caso a resposta seja negativa pergunte o motivo de não haver coleta seletiva de lixo.		x		Separação dos resíduos em lixeiras coloridas para cada tipo de material.	Destinação de: Resíduos recicláveis; Orgânicos para aterro sanitário, lixão ou Compostagem

Fonte: Elaborado pelo Autor. Adaptado Viegas e Cabral (2015).

Em relação ao eixo II da A3P, verifica-se que a UNIFAP atende ao eixo temático que trata especificamente da destinação adequada de resíduos gerados. Os dados mostram que os resíduos sólidos gerados pelo Campus Marco Zero são coletados pela Prefeitura do município de Macapá, que trata da destinação final. Quanto aos resíduos orgânicos do Restaurante Universitário, são doados para pequenos produtores da região e os lixos biológicos são coletados por uma empresa especializada, seguindo a legislação vigente.

Sobre a coleta seletiva no Campus Marco Zero da UNIFAP, existe parcialmente, por meio da separação dos resíduos gerados em lixeiras coloridas, conforme as cores definidas para cada tipo de material, e levado para o contêiner e destinado ao Aterro Sanitário de Macapá.

Diante disso, faz-se necessário implementação completo do sistema de coleta seletiva com a priorização da participação de cooperativas e associações de catadores para reutilização e reciclagem, conforme Decreto (n.º 510.936, de 12 de janeiro de 2022), contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e socioambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) visa à adoção de práticas gerenciais que minimizem os impactos ambientais decorrentes das atividades governamentais. Neste contexto, a Gestão Socioambiental nas universidades é essencial para promover a responsabilidade socioambiental, pois como agente formador desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes e na implementação de ações que contribuem para o desenvolvimento sustentável. A A3P e a gestão socioambiental nas universidades requerem uma abordagem integrada e colaborativa, abrangendo soluções interdependentes entre as problemáticas ambientais e sociais, conectando-se com as diversas áreas do ambiente universitário.

O estudo foi desenvolvido com o objetivo de verificar se a administração da UNIFAP atende ou não aos princípios de gestão socioambiental definidos na A3P, expondo ações de sua gestão assim identificando os pontos positivos que atendem os critérios e objetivos da A3P e constatar consequentemente os pontos negativos que não atendem os objetivos e critérios da A3P.

A coleta de dados por meio de entrevistas estruturadas e a análise qualitativa, conduzida através da técnica de análise de conteúdo, permitiram a organização e discussão das respostas em categorias temáticas, resultando em uma compreensão aprofundada dos temas explorados no estudo.

Perante ao exposto, destaca-se que a gestão da IFES apresenta pontos positivos nos dois eixos investigados, ações de manutenção e obtenção de equipamentos minimizam o desperdício de água e energia elétrica, investimentos em obtenção de novas fontes de abastecimento de água e energia, destinação adequada dos resíduos, contratação de empresa especializada para lixo biológico e doação dos lixos orgânicos para pequenos produtores de animais.

A falta de mapeamento do consumo de água e energia elétrica nas edificações da UNIFAP se destaca como ponto negativo da gestão da IES. Visto que o mapeamento gera indicadores fundamentais para monitorar o consumo, proporcionando ações que orientem a efetiva redução do consumo em cada edificação.

Na análise dos resultados, conclui-se que a UNIFAP tem se esforçado em implementar os princípios e critérios da A3P em suas atividades institucionais.

Este estudo proporciona uma oportunidade valiosa para discutir a adesão da Agenda Ambiental Pública pela UNIFAP e refletir sobre a universidade que o futuro necessita. É essencial que a administração superior da UNIFAP mantenha um diálogo aberto com a comunidade acadêmica e a sociedade, explorando novas perspectivas para a implementação da A3P.

A UNIFAP tem o potencial de ser guia nas políticas e estratégias que promovem seu papel como impulsionadora de ações sustentáveis no contexto regional, através da implementação do Programa de Responsabilidade Socioambiental. Além disso, é crucial analisar como os instrumentos de gestão da UNIFAP, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Diretor Participativo (PDP) e o Relatório de Gestão, entre outros, abordam as questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável da IFES.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C.; SOUZA, M. R.; VITALI, L. **Como implantar a A3P**. 3 ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014.

ARAÚJO, C. L.; LUDEWIGS, T.; CARMO, E. A Agenda Ambiental na Administração Pública: desafios operacionais e estratégicos. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 32, p. 21-47, 2015.

BARBIERI, Jose Carlos. **Gestão Ambiental empresarial: conceitos, métodos e instrumentos**. 3. ed. atual e ampliada, São Paulo: Saraiva. 376 p, 2011.

BRASIL, **Cartilha A3P – agenda ambiental da administração pública**. Brasília: MMA; SDS; PNEA, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto n.º 10.936, de 12 de janeiro de 2022. **Regulamenta a Lei n.º 12.305**, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de janeiro de 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **A3P em números**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/a3p-em-numeros/>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P: Manual de Implementação**. 5 eds. Revisada, 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Gabinete do Ministro. **Portaria n.º 326, de 23 de julho de 2020. Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P e estabelece suas diretrizes**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 jul. 2020. Seção 01, p. 43.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Gestão socioambiental nas universidades públicas: A3P**. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Proteção e Consumo Sustentáveis, Programa Ambiental na Administração Pública. – Brasília, DF: MMA, 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **Cartilha: como implantar a A3P**. 2. Ed. Brasília: MMA, 2016.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CHELALA, C. Economia verde: desafios para o setor público. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 4, p. 61-78, 2013.

COSTA, M. A. F.; COSTA, M. F. B. **Projeto de pesquisa entenda e faça**. 6ª ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2015.

DAMBRÓS, M. M. G.; ALVES, R. R.; SENNA, A.J.T. **Gestão ambiental no setor público: percepção dos servidores da prefeitura municipal de São Gabriel (RS)**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, v. 18, n. 2, p. 674-689, 2014.

FEIL, A. A.; STRASBURG, V. J.; SCHREIBER, D. Análise dos eventos históricos para a concepção dos termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. **REDE-Revista Eletrônica do PRODEMA**, v. 10, n. 1, 2016.

FLORIANO, E. P. **Políticas de Gestão Ambiental**. Santa Maria: UFSM-DCF. 111 p., 2007.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 eds. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo, SP: Atlas S.A, 2008.

GONÇALVES, D. B. **Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração**. Revista espaço acadêmico, v. 5, n. 51, p. 1-7, 2005.

HJORT, L. C.; PUJARRA, S.; MORETTO, Y. Aspectos da gestão ambiental pública e privada: Análise e Comparação. **Revista Ciência, Tecnologia & Ambiente**, v. 3, n. 1, p. 73-81, 2016.

MAGLIO, I. C. **A descentralização da gestão ambiental no Brasil: o papel dos órgãos estaduais e as relações com o poder local, 1990/1999**. 283 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Departamento de Saúde Ambiental, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2000.

MANDU, M. J. S et al. **Aplicação de diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública: estudo de caso na Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada, XIX ENGEMA**, 2017.

MARTINS, C. H. B. et al. **Da Rio-92 à Rio+ 20: avanços e retrocessos da agenda 21 no Brasil**. Indicadores Econômicos FEE, v. 42, n.º 3, p. 97-108, 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Global**, 2019. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>
Acesso em: 20 jun. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Manual Prático para Uso e Conservação da Água em Prédios Públicos**. Brasília. 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Instituições parceiras**. 2024. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/instituicoes-parceiras/> Acesso em 20 ago. 2024.

NASCIMENTO, L. F. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração-UFSC: CAPES, UAB, Brasília, 2012.

PINHEIRO, N. G. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Universidade Federal Do Amapá (UNIFAP)**. 2023. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª edição, Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. Brasília: Ibama, 2005.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, p. 310, 2009.

SILVA, C. R.; GOBBI, B.C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações rurais & agroindustriais**, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SOUZA, N. M. C. G. et al. **Gestão ambiental pública na Amazônia brasileira: uma análise de gestão ambiental integrada no estado do Pará**, 2013.

TEIXEIRA, E. **As Três Metodologias: Acadêmica, da Ciência e da Pesquisa**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TREVISAN, L. V. et al. Transformação digital rumo à sustentabilidade no ensino superior: informações sobre o estado da arte e pesquisas futuras. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 26, n. 2, pág. 2789-2810, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2020/2026. Macapá: Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2020. Disponível em: <https://www2.unifap.br/deplan/files/2022/03/PDI-2020-2026-1.pdf> Acesso em: 20 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Relatório de Gestão - Exercício 2023**. Macapá, 2024. Disponível em: https://transparencia.unifap.br/wp-content/uploads/2023/02/Relatorio-de-Gestao-2023-Publicar-01_compressed.pdf Acesso em: 21 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Campus Marco Zero**. Macapá, 2023. Disponível em: <https://www.unifap.br/campi/> Acesso em: 31 mar. 2023.

VIEGAS, S.F; CABRAL, E. R. Adesão de uma Universidade Pública à Agenda Ambiental na Administração Pública–A3P. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 5, n. 1, p. 241-263, 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO A3P E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA GESTÃO DA UNIFAP



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Questionário A3P e a Responsabilidade Socioambiental na Gestão da UNIFAP

Bom dia/Boa tarde!

Meu nome é Jonielson Martins de Lima, sou aluno do Curso de Ciências Ambientais, o (a) senhor(a) poderia responder algumas perguntas para auxiliar a elaboração do meu TCC?

Nome do entrevistado:

Cargo que ocupa na UNIFAP:

Local de trabalho:

Eixo temático I - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

- 1- Como se deu a evolução das **contas de energia elétrica e água** da UNIFAP nos últimos 5 anos?
- 2- Quanto isso representa, em percentual, do orçamento da UNIFAP?
- 3- Há algum tipo de controle do consumo de energia elétrica e água da UNIFAP? Ou **campanha educativa** com a finalidade de conscientização para a economia de energia elétrica e água?
- 4- Existe algum mapeamento para saber quais **prédios** consomem mais energia elétrica e água?
- 5- Existe alguma política com objetivo de **otimizar** o consumo de energia elétrica e água?
- 6- A UNIFAP pensa em adquirir **equipamentos e sistemas** com o objetivo de otimizar o consumo de energia elétrica e água?
- 7- Por que a **falta de água** é um problema constante na UNIFAP?
- 8- O que está sendo feito com o objetivo de resolver este problema?
- 9- Existe alguma atividade realizada com **reuso de água**? Qual?

Eixo temático II - - Gestão adequada dos resíduos gerados

- 10- Com relação aos resíduos sólidos, qual a **destinação** dada aos resíduos produzidos no Campus Marco Zero?
- 11- Os resíduos do **Restaurante Universitário** têm algum destino específico?
- 12- Existe **coleta seletiva** de lixo na Universidade? Caso a resposta seja negativa pergunte o motivo de não haver coleta seletiva de lixo.